

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA FARMACEÚTICA E A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS NACIONAIS DE SAÚDE

— DOCUMENTO CONJUNTO DA APIFARMA E FARMAINDÚSTRIA —

Em Portugal e Espanha a Indústria Farmacêutica representa um sector fortemente comprometido com a sociedade e com uma atitude de grande responsabilidade para com a Saúde. Uma responsabilidade que começa na promoção da Investigação e Desenvolvimento (I&D) de novos medicamentos, que contribui para o aumento do conhecimento científico e para a valorização das economias nacionais, e que vai até à garantia de acesso a novos medicamentos por parte dos doentes.

Sector estratégico para as economias de ambos os países, a Indústria Farmacêutica possui características fundamentais para se assumir como uma actividade de futuro: i) fonte de emprego altamente qualificado, estável e de alta produtividade; ii) alta competitividade nos mercados externos; iii) geração de elevado valor acrescentado com repercussão positiva a nível das exportações; iv) liderança na área da I&D e contributo para a dinâmica da investigação biomédica pública.

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA PORTUGUESA E ESPANHOLA EM CONTRACÇÃO

A forte contracção dos mercados farmacêuticos em Portugal e em Espanha, decorrente da crise económica, obrigaram as empresas farmacêuticas a um forte ajuste, com repercussões em toda a sua actividade.

Assim, em Espanha, foram implementadas de forma consecutiva, entre 2010 e 2012, medidas na Saúde que afectaram sobretudo os medicamentos, tendo ainda diferentes regiões adoptado igualmente procedimentos que limitaram fortemente o acesso dos doentes a novos medicamentos.

Em Espanha, 70% do ajustamento da despesa pública com a Saúde nos últimos 4 anos, cerca de 9 000 M€, foi feito à custa da Indústria Farmacêutica.

Como resultado, a despesa farmacêutica pública *per capita* em farmácia, em 2013, em Espanha, está semelhante aos valores de há 11 anos, e a despesa farmacêutica pública, sobre o nível total da despesa pública, em 2013, situou-se num nível semelhante ao de há 22 anos.

Em Portugal, o programa de assistência económico-financeira, entre Maio de 2011 e Maio de 2014, afectou sobretudo o sector da Saúde, com numerosas medidas específicas de redução da despesa pública, nomeadamente na área do medicamento.

Em simultâneo, e de forma a contribuir para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no difícil contexto que se gerou, a Indústria Farmacêutica assinou, com o Governo, um Acordo de 2 anos, através do qual já contribuiu com mais de 200 M€, directamente para os hospitais públicos.

Em resultado das medidas do Governo e das contribuições da Indústria Farmacêutica, a despesa do SNS com medicamentos contraiu, entre 2010 e 2013, em 30%, o que representa um recuo de mais de 10 anos e que coloca 2013 em valores ao nível dos anos 90.

De assinalar ainda que a área dos medicamentos, não sendo o sector de maior peso no SNS, foi o que mais contribuiu para a redução de despesa na saúde. Na realidade 49% do ajustamento de 1.700 M€ previsto para o SNS entre 2010 e 2014, mais de 800 M€ foram já realizados até 2013 apenas na área do medicamento.

A despesa pública *per capita* em Portugal com medicamentos desceu para os valores mais baixos registados nos países da UE. Ao mesmo tempo os problemas de equidade no acesso a medicamentos inovadores agravaram-se, podendo colocar em causa os ganhos de saúde entretanto alcançados.

PROPOSTA DE ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA

Para uma estratégia abrangente e de crescimento para a Saúde, a partir de uma abordagem de colaboração entre a Indústria Farmacêutica e as autoridades de Portugal e Espanha, seria essencial:

- Em primeiro lugar, e uma vez realizados os ajustes da despesa farmacêutica, é necessário estabelecer um quadro económico e regulamentar estável a médio e longo prazo, para permitir a fixação de objectivos de evolução da despesa farmacêutica pública para um horizonte temporal de pelo menos três anos, em linha com o crescimento do PIB; complementarmente, a evolução da despesa farmacêutica deve ser acompanhada por medidas adequadas ao acesso à inovação e alinhadas com a União Europeia.
- Em segundo lugar, a inovação deve ser valorizada no que toca ao acesso por parte dos doentes. Para tal, devem ser aplicados procedimentos ágeis para a avaliação de novos medicamentos, de forma independente e transparente, que valorizem o que cada medicamento oferece e que acompanhem os procedimentos definidos na União Europeia.
- Em terceiro lugar, deve ser criado um ambiente favorável para a I&D, com incentivos fiscais adequados e garantida a protecção dos direitos de propriedade intelectual da investigação médica, por forma a tornar atraente a implementação de novos projectos de investigação.
- Por fim, e em particular para o caso espanhol, é necessário um mercado coeso em termos de regulamentação, em que exista uma definição clara da repartição de competências e exercício escrupuloso de cada administração (central e autónoma); devem anular-se as medidas regionais que reinterpretem localmente as condições de acesso a novos medicamentos aprovados pelo governo central.

O sector farmacêutico pode e deve ser um activo importante e elemento chave para consolidar a recuperação económica de Portugal e Espanha.

Vidago, 4 de Junho de 2014